

## Pregão Eletrônico

### ■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

#### RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) E DEMAIS MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO DA DIVISÃO DE LICITAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

REFERENTE: Pregão Eletrônico nº 45/2019

OBJETO: "Contratação dos serviços de continuados de limpeza, conservação e higienização, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos."

PONTUAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.983.004/0001-41, com sede à Rua Coronel Pretextato Pena Forte Taborda Ribas, nº 562, Santa Quitéria - 80.310-260 - Curitiba, Estado do Paraná, por seu representante legal ao final assinado, vem, respeitosamente, à presença Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002, bem assim, item 11 do edital e demais legislações descritas no preâmbulo do instrumento convocatório aplicáveis à espécie, apresentar seu

#### RECURSO ADMINISTRATIVO

Face a decisão desta Douta Divisão de Licitação ao declarar como vencedor a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 00.482.840/0001-38, tendo em vista o descumprimento pela referida empresa das exigências legais constantes do Instrumento Convocatório e por inobservância à legislação de regência, o que faz pelos fatos e fundamentos de direito que a seguir passa a expor.

#### SÍNTESE DOS FATOS

No dia 25 do mês de março do corrente ano, o Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) deu início ao Pregão Eletrônico nº 45/2019, através do sistema Comprasnet, posterior recebimento das propostas de preços das licitantes interessadas em participar do certame em tela.

Após análise prévia efetuada pelo Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, junto as propostas de preços apresentadas pelas empresas interessadas em participar do certame, restaram aptas a participar da fase de lances as licitantes que haviam registrado suas propostas em conformidade com as disposições contidas no instrumento convocatório.

Durante a fase de lances, todas as licitantes classificadas para a referida etapa licitatória ofertaram suas melhores propostas, sagrando-se vencedora a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.

Findada a fase de lances, conforme determinação contida no instrumento convocatório do certame, fora realizado a convocação da proposta, planilha de custos e formação de preços readequadas ao lance final da empresa detentora do melhor preço.

Ao final da análise efetuada pelo Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) e Demais Membros da Comissão de Licitação, restou considerada vencedora do certame a empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA.

Inobstante a análise efetuada pelo Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) e Demais Membros da Comissão de Licitação, frente a proposta de preços, planilhas de formação de custos e documentos de habilitação apresentados pela empresa LIDERANÇA, a ora Recorrente, com a devida vênia, refuta a decisão em declarar vencedora do procedimento licitatório a empresa LIDERANÇA, haja vista ter a mesma deixado de cumprir com requisitos constantes no Ato Convocatório e da legislação de regência.

#### DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Observando a proposta comercial, as planilhas de formação de custos e os documentos de habilitação apresentados pela empresa LIDERANÇA, bem como diligências realizadas, verifica-se a equivocada decisão tomada por esta Douta Divisão de Licitação ao declara-la vencedora do referido certame, pelo não cumprimento de requisitos constantes no Instrumento Convocatório e na Legislação vigente, a saber:

##### 1 - INCONSISTÊNCIAS NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS;

Nesse sentido, imperioso analisar os tópicos supracitados de forma individualizada, para comprovar o descumprimento pela empresa LIDERANÇA, dos ditames balizadores constantes no Ato Convocatório, que fundamentam a necessidade de desclassificação da referida empresa do certame em tela.

Antes de adentrarmos na análise dos erros insanáveis constantes na proposta de preços, planilha de formação de custos e documentação de habilitação apresentadas pela empresa LIDERANÇA, ressaltamos a necessidade de apreciação do que emana a legislação máxima regente dos processos licitatórios, no que tange aos procedimentos de julgamento dos certames.

Dentre as legislações mencionadas no preâmbulo do edital, há a necessidade de destacar a Lei nº 8.666/93, a qual regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública que assegurem igualdade de condições a todos os concorrentes.

No artigo 41 da Lei 8.666/93, faz-se constar:

"Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. "

O artigo acima transcrito, deixa transparente que o julgamento frente ao certame licitatório, deverá sempre ocorrer em estrito cumprimento com os ditames contidos no edital, não podendo a Administração, efetuar julgamento controverso e subjetivo as normas e regras ali impostas.

Ainda, no artigo 43 da lei acima referenciada, se encontra assim determinado.

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

IV - verificação da conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;

V - julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;"

Analisando os dois artigos acima citados, resta claro que a Administração, não poderá deixar de verificar a vinculação das documentações de habilitação, propostas comerciais e planilhas de formação de custos apresentadas pelas licitantes, frente ao edital, cabendo a desclassificação das licitantes que apresentarem documentação, proposta comercial ou planilhas de formação de custos em desconformidade com as regras ali expostas.

A desclassificação das licitantes que apresentarem documentos, proposta comercial ou planilhas em desconformidade com o estipulado no edital, é medida impositiva por estar fundamentada no artigo 48 da Lei 8.666/93, conforme transcrevemos abaixo:

"Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação";

Cabe salientar que a disposição contida no parágrafo 3º, artigo 43 supracitado da Lei 8.666/93, veda a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta, conforme descrevemos abaixo:

"Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. "

No mesmo sentido, o item 23.4 do instrumento convocatório, determina que somente a fase de julgamento das propostas e da habilitação, poderá o Pregoeiro sanar erros ou falhas, não restando dúvidas que encerrada a fase de julgamento da proposta e habilitação, e prosseguindo para fase recursal, fica vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar dos enviados via anexo.

"23.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Portanto, encerrada as fases do rito licitatório em que Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) poderá promover diligências com a finalidade de esclarecer alguma dúvida quanto as documentações acostadas ao processo, não sendo permitida em hipótese alguma a possibilidade do aceite de inclusão de qualquer documento anteriormente não apresentado pela licitante, bem como sanar erros ou falhas substanciais.

Não restam dúvidas, portanto, quando da declaração como vencedora do certame para a empresa LIDERANÇA, pelo Ilustríssimo(a) Senhor(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, novamente encerrou-se os prazos para inclusão de informações que deveriam ter sido encaminhadas durante a apresentação da proposta, planilha de custos e documentos de habilitação, via anexo no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), assim como todas as demais licitantes deveriam fazê-lo seguindo estritamente as exigências contidas no instrumento convocatório em caso de sagrarem-se vencedora do certame.

Desta forma, manifestar intenção de recurso a decisão não significa uma afronta ao órgão licitante, mas sim uma forma de interação entre a Administração Pública e seus administrados. O recurso administrativo é um direito do licitante na qual se impugna uma decisão, provocando o reexame da matéria decidida a fim de obter modificação da decisão e não como uma forma de crítica pessoal aos agentes responsáveis pela licitação. Todo o licitante participante de uma licitação tem o direito a contestar e oferecer oposição ao julgamento da Comissão de Licitação ou do Pregoeiro, com fulcro no artigo 109 da Lei 8.666/93.

"Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;

- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;”

Advindo das determinações expressas contidas na legislação vigente, bem como disposições do ato convocatório, requer-se através deste, que a Administração realize a revisão do ato que declarou vencedora do certame a empresa LIDERANÇA, pelos erros insanáveis contidos na proposta de preços, planilha de formação de custos e documentação de habilitação apresentadas pela mesma, as quais passaremos a demonstrar de forma pormenorizada a seguir.

Quando da formulação da proposta de preços e das planilhas de formação de custos, cabe ao licitante verificar todas os custos que se vinculam ao serviço objeto do certame, devendo o fazer juntamente com a verificação das obrigações contidas no instrumento convocatório, o que a empresa LIDERANÇA não o fez, conforme passaremos a demonstrar.

O Ilustríssimo(a) Pregoeiro(a) deixou de observar que depreende-se do instrumento convocatório que os serviços serão objeto de retenção por conta vinculada e, ao analisar a proposta da empresa declarada vencedora não verificou o devido lançamento dos percentuais legais, bem como os que serão retidos na CONTA VINCULADA conforme item 20.4 (fl 60 a 62) do TERMO DE REFERENCIA, conforme dispõe o ANEXO XII da IN SEGES MP n. 5/2017

“20.4. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a. 13º (décimo terceiro) salário;
- b. Férias e um terço constitucional de férias;
- c. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- d. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- e. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.” (Grifamos e sublinhamos)

Analisando o Anexo XII da IN SEGES/MP nº 05/2017 extraímos os seguintes percentuais:

- 13 (décimo terceiro) salário = 8,33%
- Férias e 1/3 Constitucional = 12,10%
- Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado = 5,00 % (cinco por cento) (OBS: Reduzida de 5,00% para 4,00% devido em 11 de dezembro de 2019, foi publicada a Lei nº 13.932, que extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa)
- Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13 (décimo terceiro) salário

#### I.1 - SUBMÓDULO 2.1 – 13º SALÁRIO, FÉRIAS E ADICIONAL DE FÉRIAS

O percentual para as Férias e Adicional de Férias não foi provisionado corretamente, o qual deveria ser no mínimo de 12,10%, conforme a IN SEGES/MPDG Nº. 05/2017.

Claro que a planilha que consta no edital é um modelo que pode ser adaptada pelos licitantes na forma que mais lhe for interessante, porém todos as rubricas que constam da IN SEGES/MPDG Nº. 5/2017 devem constar na planilha de formação de preços a ser apresentada no certame.

As regras definidas no edital deverão abranger todos os licitantes de maneira isonômica, sem qualquer exceção.

Certo é que o preenchimento da planilha deve refletir o efetivo encargo financeiro que decorre dos componentes de custos que oneram a execução do serviço, de modo a tornar factível a análise de aceitabilidade/exequibilidade da proposta pelo pregoeiro.

Ocorre que determinados componentes de custos formadores do preço têm seus valores definidos por lei ou instrumento normativo, de modo que, a rigor, não variam de empresa para empresa (a exemplo do percentual de INSS e FGTS).

Por outro lado, alguns componentes de custos não permitem a definição do valor exato a ser considerado, pois variam conforme a estratégia negocial e a realidade de cada empresa.

Além dos encargos sociais legais, é importante considerar que mesmo não possuindo percentual definido por Lei, há aprovisionamentos que também possuem percentuais padrões, cuja ocorrência do fato gerador é certa ao longo da execução contratual:

##### a) Férias

Afastamento de 30 dias, sem prejuízo da remuneração, após cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho. O pagamento ocorre conforme preceitua o artigo 129 e o inciso I, artigo 130, do Decreto-Lei nº 5.452/43 - CLT.

“Art. 129 - Todo empregado terá direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.(Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)

Art. 130 - Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:(...) (Redação dada pelo Decreto-lei nº 1.535, de 13.4.1977)”

**b) Abono de Férias**

A Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XVII, prevê que as férias sejam pagas com adicional de, pelo menos, 1/3 (um terço) da remuneração do mês.

“XVII - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; ”

Contudo a IN SEGES/MPDG Nº. 05/2017, em seu Anexo XII, apresenta o percentual das Férias e 1/3 Constitucional que deveria ser de 12,10%, podendo este ser desmembrado em 9,075% para Férias e 3,025% para 1/3 Constitucional.

Bem como, conforme demonstrado pela vinculação da IN SEGES/MP nº 05/2017, há necessidade de se considerar o acréscimo da diferença ocasionada pela incidência dos encargos do submódulo 2.2 (Encargos Previdenciários, FGTS e Parafiscais).

**I.2 - DO MÓDULO 3 – PROVISÃO PARA RESCISÃO**

Este módulo contido no Anexo VII-D da IN 05/2017, é responsável pela inclusão dos percentuais legais necessários para a Provisão da Rescisão.

Conforme a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 7º, todo trabalhador possui direitos que visem à melhoria de sua condição social.

“Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social (...).”

Da mesma forma, o artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho traz a fundamentação quanto a necessidade deste módulo na planilha de preços e formação de custos.

“Art. 477. Na extinção do contrato de trabalho, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias no prazo e na forma estabelecidos neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017)”

**a) Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado**

Sobre o aviso prévio indenizado há incidência do FGTS, conforme Art. 15 da Lei nº 8.036/90

“Art. 15. Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8 (oito) por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965. (Vide Lei nº 13.189, de 2015) Vigência”

Do mesmo modo, a Súmula nº 305 do TST destaca a necessidade da incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio.

“O pagamento relativo ao período de aviso prévio, trabalhado ou não, está sujeito a contribuição para o FGTS.”

Desta forma, é evidente a necessidade de se aplicar a incidência do FGTS sobre os valores do Aviso Prévio Indenizado.

**b) Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado**

Nesse item, destaca-se a Lei nº 8.036/1990 (artigo 18, § 1º) com redação dada pela Lei nº 9.491/1997, e a Lei Complementar nº 110/2001, pois ambas abordam este tema.

“Art. 18. Ocorrendo rescisão do contrato de trabalho, por parte do empregador, ficará este obrigado a depositar na conta vinculada do trabalhador no FGTS os valores relativos aos depósitos referentes ao mês da rescisão e ao imediatamente anterior, que ainda não houver sido recolhido, sem prejuízo das cominações legais. (Redação dada pela Lei nº 9.491, de 1997)”

Contudo a IN SEGES/MPDG Nº. 05/2017, em seu Anexo XII, apresenta o percentual da Multa do FGTS e Contribuição sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado.

Todavia, em 11 de dezembro de 2019, foi publicada a Lei nº 13.932, que extingue a cobrança da contribuição social de 10% (dez por cento) devida pelos empregadores em caso de despedida sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001. O art. 12 da Lei nº 13.932, de 2019, estabelece:

“Art. 12. A partir de 1º de janeiro de 2020, fica extinta a contribuição social instituída por meio do art. 1º da Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.”

Conforme publicação da extinção da contribuição social, a Secretaria de Gestão (Compras Governamentais), publicou no dia 27 de janeiro de 2020, que para consolidar a extinção da cobrança da contribuição social de 10% devida pelos empregados em caso de demissão sem justa causa, instituída pela Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, os órgãos e entidades da administração pública federal, autárquica e funcional deveriam seguir a orientação conforme descrevemos abaixo.

“(i) Nos contratos vigentes/em andamento:

(...)

b) No caso da Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação, apresentado no item 14 do Anexo XII da IN nº 5, de 2017, com base no § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, proceder a adequação de planilha de formação de preços, desde 1º de janeiro de 2020, referente à "Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado". O percentual que antes era de 5% (cinco por cento) passa a ser de 4% (quatro por cento).

(ii) Para as novas contratações:

a) Devem ser adequadas à nova lei, ou seja, devem excluir da planilha de formação de preços - Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017) - a rubrica "Contribuição Social" de 10% sobre o FGTS em caso de demissão sem justa causa, prevista no Módulo 'Provisão para Rescisão' da Planilha de Custo (Anexo VII-D da In nº 5, de 26 de maio de 2017); e

b) Para a Conta-Depósito Vinculada - Bloqueada para Movimentação, adequar a planilha de formação de preços, observado o percentual explicado na alínea 'b' do item (i) acima."

Portanto, para inclusão deste percentual na planilha de formação de custos poderá ser realizado o desmembramento da incidência necessária de 4% entre os itens "C" e "F" do Módulo 3 - Provisão para Rescisão, sendo, 2% para o item "C" e 2% para o item "F".

Todavia, conforme verifica-se na planilha de preços e formação de custos da recorrida, esta utilizou-se de critério contrário a Instrução Normativa, a qual dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços no âmbito da Administração Pública federal.

c) Aviso Prévio Trabalhado

Do mesmo modo que o Aviso Prévio Indenizado, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 7º, inciso XXI, e os artigos 477, 487 a 491 da Consolidação das Leis do Trabalho instituem o Aviso prévio trabalhado.

A base de cálculo do Aviso Prévio Trabalhado, bem como o índice balizador está demonstrado abaixo:

$((7/30)/12)*1 = 1,94\%$  - sendo:

7 = nº de dias do aviso prévio a que o empregado tem direito de se ausentar

30 = número de dias no mês

12 = nº de meses no ano

1 = remuneração integral

Aviso prévio trabalhado: Custa 7 (sete) dias de trabalho. O empregado recebe o salário integral e tem direito a 7 (sete) dias de licença para procurar emprego. O que se provisiona aqui não é o valor dos 30 (trinta) dias do aviso prévio porque este já está dentro da remuneração normal contida na planilha, mas o valor do custo dos 7 (sete) dias que deverá ser coberto por outro empregado.

Observe que esse índice é fixo, não tem parâmetro percentual de estatísticas. Trata-se de uma provisão de 7 (sete) dias de trabalho e tem fórmula única.

Com o advento da Lei nº 12.506/2011, na prorrogação do contrato há necessidade de provisionar 3 (três) dias de trabalho por ano ao invés de 7 (sete) do primeiro ano.

"Art. 1º O aviso prévio, de que trata o Capítulo VI do Título IV da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, será concedido na proporção de 30 (trinta) dias aos empregados que contem até 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

Parágrafo único. Ao aviso prévio previsto neste artigo serão acrescidos 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias."

Este entendimento que não deve mais ser zerado consta no COMUNICA COMPRASNET 27/08/2012.

"Assim sendo, com a nova previsão legal, haverá necessidade de modificação na metodologia até então adotada para prorrogação dos contratos de prestação de serviços com alocação de mão de obra. Nesse caso, o valor previsto a título de aviso prévio deverá considerar 3 (três) dias para cada ano de prorrogação, até o limite de 12 (doze) dias, perfazendo um total de 42 (quarenta e dois) dias, visto que o inciso ii do art. 57 da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, permite que os contratos de prestação de serviços continuados sejam prorrogados até um limite de sessenta meses, caso os preços e condições sejam mais vantajosos para a administração. Dessa forma, a metodologia refletirá o prazo de aviso prévio que o empregado acumula no primeiro ano e nos seguintes do contrato."

O que se verifica na planilha de preços e formação de custos da recorrida, é a utilização de metodologia contrária a determinação legal, tendo em vista que esta não provisionou os custos necessários para arcar com esta obrigação legal no decorrer do contrato.

d) Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Prévio Trabalhado

Do mesmo modo que o aviso prévio indenizado, o aviso prévio trabalhado é considerado de natureza salarial, portanto, sofre a incidência dos encargos do submódulo 2.2.

Nesta esteira, a recorrida novamente utiliza-se de prerrogativa subjetiva deixando a rubrica zerada, descumprindo novamente com o correto provisionamento da planilha de preços e formação de custos.

e) Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado

Conforme demonstrado acima no item "C", a IN 05/2017, em seu Anexo XII, apresenta o percentual da Multa do FGTS e Contribuição sobre o Aviso Prévio Indenizado e sobre o Aviso Prévio Trabalhado.

Portanto, conforme demonstrado no tópico "Multa do FGTS e contribuição social sobre o Aviso Prévio Trabalhado", para inclusão deste percentual na planilha de formação de custos, poderá ser realizado o desmembramento da incidência necessária de 4%, conforme extinção da Contribuição Social, entre os itens "C" e "F" do Módulo 3 – Provisão para Rescisão, sendo, 2% para o item "C" e 2% para o item "F", fato este que não é possível verificar na planilha da recorrida.

### I.3 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE – FÉRIAS DO SUBSTITUTO

Como é cediço, a planilha de formação de preços garante o provisionamento dos custos necessários à reposição do profissional ausente, mediante computo de um "substituto para a cobertura de férias e outras ausências legais" conforme previsto no Módulo 4, onde devem ser provisionados todos os direitos que este repositor possui, tais como: remuneração, encargos, benefícios, e inclusive, provisão de 13º salário, de férias e adicional de férias proporcionais ao período em que ficou à disposição da Administração para a cobertura do empregado residente, afastado por quaisquer dos motivos previstos em Lei.

Este fato recebeu maior relevância pelos contratos serem prorrogados até 60 (sessenta) meses e que nas renovações a provisão de 11,11% seria insuficiente para suportar todas as obrigações legais e trabalhistas.

Observe que, conforme vinculação da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, a provisão de férias e adicional de férias do módulo 4 não é destinada para pagamento ao empregado que sai de férias, pois este dispêndio já está consignado no percentual de 12,10% alocados no submódulo 2.1, rubrica Férias e Adicional de Férias, mas sim ao empregado substituto porque trata-se de serviços contínuos (não podem sofrer solução de continuidade), portanto evidente a obrigatoriedade da reposição do titular para manter o posto funcionando normalmente.

Quando questionada através de mensagem no chat do sistema Comprasnet, a recorrida apresentou alegação desprovida de fundamentação, bem como não fundamentou suas alegações quanto as férias do substituto em seu anexo posteriormente, conforme verifica-se em ata nas mensagens colacionadas abaixo:

"Pregoeiro: Para LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - quanto aos custos do Substituto na cobertura de férias (módulos 4, 4.1 - A). A empresa optou por não considera-los, conforme justificativa anexada. Diante disso, deixo a licitante ciente, que na possível prorrogação do contrato a empresa não terá direito ao ressarcimento desses custos, em razão de não serem apresentado na proposta inicial.

Liderança: Informo que no 1º ano de contrato, conforme já especificamos anteriormente, não substituição de férias.... o custo está sendo considerado no item 2.1 da planilha.

Pregoeiro: Para LIDERANCA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - Irei reabrir o anexo para apresentação da justificativa em relação a produtividade adotada pela empresa, assim como a exequibilidade e manutenção da proposta.

Liderança: Se observarem o histórico de contratações de mão de obra, inclusive junto a Liderança, irão perceber que o custo com férias só aparece uma vez, pois ou indenizamos as férias....o que ocorre normalmente no 1º ano de contrato ou substituímos o colaborador, para que ele possa usufruir das férias.

Liderança: Estamos providenciando a justificativa, gentileza habilitar o anexo."

Neste momento deve ser desconsiderado os critérios subjetivos de elaboração, bem como de julgamento, sendo que planilha de custos e formação de preços deve refletir os custos necessários para adimplir plenamente com a contratação.

Independente da vontade ou não do licitante a cotação de encargos legais e trabalhistas, sendo que deverá cumprir fielmente o estipulado no instrumento convocatório e na legislação, não cabendo em hipótese alguma suposição ou indagações que assume a integralidade das exigências pelo valor cotado, devido ao fato de ter deixado cumprir plenamente com a legislação trabalhista.

Supor que durante a execução contratual a empresa poderá realizar procedimentos vinculados a sua gestão para justificar a economicidade momentânea, que se aplica apenas durante a etapa de julgamento de proposta, é proporcionar um ambiente de instabilidade jurídica para a Administração Pública, a qual visa a contratação de serviços seguros e sem futuras dificuldades e/ou problemas contratuais.

Ainda, os custos ausentes na planilha de custos e formação de preços da recorrida, não estão acrescidos dos percentuais estipuladas pela referida empresa para Custos Indiretos, Lucro e posterior Tributação.

O descumprimento da previsão destes encargos legais é evidente, sendo necessária a desclassificação da empresa declarada vencedora.

Desta forma, a LIDERANÇA ao deixar de cotar estes percentuais obteve vantagem frente as demais licitantes, pois ao não adicionar o custo necessário para adimplir com as obrigações legais e resguardar os direitos trabalhistas dos funcionários, seu preço final para a disputa de lances no pregão eletrônico em tela foi inferior aos demais licitantes que respeitaram as disposições contidas na legislação e no instrumento convocatório.

Visualizando a proposta de preços e planilhas de custos reajustadas ao lance final ofertado, podemos verificar que a LIDERANÇA, escolheu unilateralmente, com a única intenção senão a obtenção de vantagem frente as demais licitantes, descumprindo o instrumento convocatório quando das exigências e características mínimas para

composição de seus custos.

A adequação de sua planilha de preços e formação de custos durante a fase recursal, seria uma afronta ao princípio de isonomia entre os licitantes, pois em momento oportuno, todas as interessadas em participar do certame efetuaram a elaboração de suas propostas comerciais com base no estipulado na legislação e no instrumento convocatório, com a finalidade de obter uma disputa isonômica entre todos.

A aceitação pelo órgão licitante, macula o certame, ultrapassando os ditames contidos na legislação regente dos processos licitatórios. Não pode a administração do órgão contratante, utilizar-se de entendimento adverso ao estipulado na norma legal, sendo que se por ventura o fizer, preterirá algumas licitantes, em benesse a outra que descumpriu os termos do instrumento convocatório.

A disputa do certame licitatório em órgão público, através das regras e exigências contidas no instrumento convocatório, é imposta pela legislação de regência, justamente para ocorrer uma disputa isonômica entre as partes, ao contrário de um contrato firmado de forma particular, onde exclui-se a exigência de disputa e regramento base, pois cada empresa apresenta sua proposta dentro do formato que entenda suprir as necessidades do contratante.

Neste sentido, em que pese argumentação quando a proposta mais vantajosa, imperioso destacar que a proposta mais vantajosa para a administração pública não é a que visa uma relação de custo imediato menor, mas sim a de um melhor custo-benefício que satisfaça preponderantemente o interesse público, atendendo a sociedade na atividade primária do estado.

Desta forma, é errado supor que a utilização dos valores máximos de produtividade para realização dos serviços satisfará completamente o interesse da administração pública, haja visto que com as inconsistências verificadas nas planilhas de preço e formação de custos, a recorrida está tendo suas provisões e reservas alocadas em Custos Indiretos e Lucro totalmente destinadas para arcar com os erros de preenchimento e provisão da planilha para toda a vigência contratual, tendo em vista que tais valores não poderão ser objeto de revisão no momento da prorrogação do contrato.

Portanto, pelo critério da equivalência, com a tentativa de utilizar suas provisões de Custos Indiretos e Lucro destinado para suportar os erros supracitados, em caso de necessidade de adequação dos valores da produtividade, tendo em vista sua alegação de assumir integralmente a responsabilidade pela execução do contrato através das produtividades utilizadas, esta estaria totalmente inviabilizada a realizar, acarretando em prejuízo futuro para a administração pública, tendo em vista a possibilidade de deixar de executar o contrato nos critérios e parâmetros necessários e descritos no instrumento convocatório.

Ainda, não poderá nenhuma licitante deixar de apresentar índices e percentagens necessárias para cumprimento e pagamento dos encargos sociais ou tributos, sob alegação que arcará com o prejuízo, ao contrário, estaríamos frente a uma condição inválida em certames licitatórios, sendo que nenhum licitante poderá apresentar índices zerados ou negativos, frente a quebra do princípio da isonomia entre as partes. Em outras palavras todas as empresas participantes dos certames licitatórios, devem primar pela cotação de todos os itens necessários para formação dos custos, e claro ao reduzir os percentuais deverá ocorrer uma justificativa válida, através de demonstrações em cálculos exemplificativos de sua cotação, o que não ocorreu frente as planilhas apresentadas pela empresa ora declarada vencedora, ocorrendo sim uma justificativa escrita sem demonstração de veracidade e uma benesse frente as demais licitantes inaceitável frente a legislação regente de processos licitatórios.

Ademais, quando se trata da utilização dos valores máximos de produtividade descritos na Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, a recorrida não demonstrou em momento algum que utilizará novas tecnologias e/ou materiais capazes de suportar a execução dos serviços licitados com um quadro de colaboradores reduzidos.

A questão da proposta mais vantajosa para a administração pública, especialmente na licitação, com dispositivo legal previsto no art.3º da Lei 8666/93, traz consigo implicitamente que não se trata apenas de menor preço, mas também e especialmente a qualidade do bem ou do serviço prestado.

Portanto, nem sempre o menor preço proposto será o da melhor execução do contrato, sendo necessário analisar todos as exigências legais para suprimir quaisquer dificuldades e/ou problemas durante a execução do contrato com a futura contratada.

## CONCLUSÃO

Os erros insanáveis ora cometidos pela empresa LIDERANÇA, os quais restaram demonstrados acima, não se tratam de questões possíveis de saneamento através de diligências, haja vista que todas as demais licitantes cumpriram com as exigências contidas no instrumento convocatório, apresentando suas propostas de preços vinculando-se as disposições contidas no edital, sendo que se fosse oportunizado nova chance de correção ou acréscimo documental não incluso inicialmente nos documentos da empresa ora recorrida, restaria demonstrado afronta e descumprimento pleno ao que tange o artigo art. 43, §3º da Lei 8.666/93, pelo qual determina-se a possibilidade de diligências para sanar dúvidas e não sendo permitido a juntada de documento ou informação que deveria ter sido juntado oportunamente no momento da habilitação ou na apresentação da proposta e das planilhas de formação de custos, bem assim, item 23.4 do edital, além de clara afronta ao princípio do julgamento objetivo e do princípio da isonomia entre todos os demais licitantes.

Portanto, o ato de efetuar diligências, oportunizando a apresentação de documentos não apresentados pela empresa que deveria constar dos enviados via anexo, posteriormente a apresentação de recurso administrativo, no qual demonstra-se o evidente descumprimento as exigências contidas no edital, macula o certame, infringindo regras e princípios da legislação vigente.

Observa-se que legislação vigente, regente dos procedimentos licitatórios não se encontra possibilidade de interpretações inadequadas e diversas quanto aos termos do edital e seus anexos, interpretações que possam resultar na aceitação de propostas e requisitos habilitatórios em desconformidade com as condições indispensáveis

exigidas no edital, ocorrendo desnivelamento na disputa em prejuízo a outros proponentes, ferindo as condições de isonomia entre os diversos participantes.

Do contrário, a Administração atuará em desconformidade com o que determinou no edital, principalmente se não realizar a revisão da declaração de vencedor, inabilitando a proposta irregular e diversa, com precedentes para ilegalidade de seus atos, por inobservância ao Edital - Lei interna de toda licitação, contrariando princípios básicos inseridos na Lei 8.666/93, Art. 43, IV, com a possível instauração da arbitrariedade nas decisões relativas aos procedimentos licitatórios, o que é inaceitável em se tratando de contratações envolvendo interesse público.

Inobstante, vale novamente elencar que a administração pública deve agir de acordo com o princípio da legalidade e aplicar o que restou previsto no artigo 41 da Lei 8.666/93:

"Art. 41. A administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada."

De acordo com o exposto, fica claro que todas as regras contidas em edital devem ser fielmente cumpridas, sob pena de inabilitação / desclassificação.

Cumprir destacar que no presente procedimento licitatório, caso não ocorra a mudança de julgamento em relação declaração de vencedor da empresa LIDERANÇA, restará maculado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que está sendo praticamente descartado no presente caso, o que não se pode admitir, sob pena de invalidade do procedimento em questão.

Portanto não resta outra alternativa legal, senão a desclassificação da empresa LIDERANÇA, por senso de justiça e legalidade e cumprimento aos princípios balizares dos processos licitatórios.

#### DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante do exposto, e pelo que mais possa ser suprido pelo entendimento de Vossa Senhoria, requer-se:

- a) O recebimento, acolhimento e provimento do presente Recurso Administrativo, o que faz com amparo na Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes e destacadas no preâmbulo do instrumento convocatório;
- b) O acolhimento e provimento do presente Recurso Administração com a finalidade de desclassificação da empresa LIDERANÇA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, do referido procedimento licitatório, pelo não atendimento das exigências do Instrumento Convocatório e da Legislação de regência, nos termos das razões e da fundamentação acima expostas;
- c) Na hipótese de, equivocadamente, não haver a reconsideração da decisão proferida pela Douta Comissão de Licitação, requer-se, o encaminhamento dos autos, bem como do presente Recurso Administrativo a Autoridade Superior para apreciação, de acordo com o que dispõe a legislação de regência e Edital de Licitação.

Nestes termos, pede deferimento.

Curitiba, 07 de abril de 2.020.

Pontual Serviços Terceirizados Ltda

Felipe de Albuquerque Mazon  
Representante Legal  
CPF nº 049.219.979-50

José Ivan Chassot  
Advogado  
OAB/PR nº 94.094

**Fechar**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

---

*Emitido em 07/04/2020*

**RECURSOS - INTERPOSIÇÃO Nº 19/2020 - DILIC (11.01.11.04.03) - DILIC (11.01.11.04.03)**  
**(Nº do Processo: 23005.002969/2018-16)**

*(Assinado digitalmente em 22/04/2020 11:48 )*  
PAULO MARCELO CANAZZA DA SILVA  
CHEFE DE DIVISAO  
1876926

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufgd.edu.br/documentos/> informando seu número: **19**, ano: **2020**, tipo: **RECURSOS - INTERPOSIÇÃO**, data de emissão: **22/04/2020** e o código de verificação: **61b6a917a5**